

# Ulysses alicia senadores para fechar plenários

## Recesso da Câmara e do Senado, contudo, enfrenta resistências dos partidos e do presidente

GILBERTO ALVES



Ulysses (em conversa com o general Ivan Mendes) quer o plenário da Constituinte exclusivo e absoluto

## Sarney cobra de Ulysses o apoio

O presidente José Sarney disse claramente ao presidente do PMDB e da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, na reunião que tiveram no sítio do Pericumã, sábado último, que o PMDB não tem correspondido à sua confiança. Em consequência, passará a prestigiar no PMDB somente os que apóiam seu Governo.

A informação é do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), que jantou no sábado com o presidente Sarney. Eufórico com essa disposição do Presidente da República, observa Lourenço: "Basta demitir alguém dos mais rebeldes. Os outros vão todos para a porta do Planalto hipotecar solidariedade ao Presidente".

Na opinião de José Lourenço, o que o PMDB pretendia fazer com a aprovação do § 7, do art. 57 do Regimento Interno da Constituinte — permitir alterar a Constituição por maioria absoluta — era uma deslealdade com o Presidente da República. O objetivo do PMDB era atingir o Presidente da República, reduzindo-lhe o mandato, criando-lhe dificuldades.

Alguns setores pensavam até em revogar as medidas de emergência — "nenhum Estado pode ficar sem sua defesa" — para depois promover agitações que prejudicassem o Governo.

Isso, a seu ver, não há mais possibilidade de acontecer. Com a reação do PFL e dos que realmente apóiam o Governo Sarney dentro do PMDB, ficou claro que não há condições de ser aprovado o § 7 do art. 57 como está no parecer do relator, senador Fernando Henrique Cardoso. Será aprovada uma nova redação, compatibilizando as emendas de Lourenço e do deputado Maurílio Ferreira Lima, definindo precisamente o que seja matéria de relevância. Não será permitida mudar a Constituição em vigor.

### REFERENDUM

Não acredita o líder do PFL que os xixtas (os radicais) do PMDB continuem insistindo na proposta do referendário popular para assuntos polêmicos. Na sua opinião, o referendário não se justifica porque os atuais parlamentares têm o poder constituinte. "Se passar essa proposição, apresentarei de imediato uma emenda à Constituição, para incluir nas disposições transitórias, dizendo que na hipótese do referendário ser negativo o Constituinte estará automaticamente dissolvida e serão convocadas eleições diretas de imediato. Se o povo não aprovar o que não fizermos, não seremos mais os representantes do povo".

As dificuldades tendem a diminuir, também, com a decisão do presidente José Sarney, comunicada ao presidente Ulysses Guimarães, de se prestigiar os que realmente estão com seu Governo. O PMDB lhe tem faltado em todas as ocasiões que realmente necessitou, mas nem por isso deixa o Governo de usufruir o Governo.

"O Chico Pinto (deputado Francisco Pinto — PMDB-BA) nunca deu um voto ao presidente Sarney, mas quer manter os cargos. Quem deseja ser oposição que seja, mas sem ficar no Governo. Basta demitir alguém dos mais rebeldes. Os outros vão todos para a porta do Planalto hipotecar solidariedade ao Presidente", afirma Lourenço.

## PFL parte para o confronto

O PFL está efetivamente disposto a partir para um novo confronto com o PMDB a partir da próxima segunda-feira, dia nove, caso o partido majoritário da Aliança Democrática insista na tese de que a Câmara e o Senado devem funcionar apenas em casos excepcionais.

Adepto da teoria de que a Câmara e o Senado não podem ser desativados em hipótese alguma, o líder do PFL, deputado José Lourenço, advertiu ontem que o seu partido entrará em rota de colisão com o partido do deputado Ulysses Guimarães para ver a Câmara funcionando em sua plenitude.

Sentindo-se fortalecido

pelos sucessivas derrotas que o PFL, em aliança com a ala moderada do PMDB, o PTB e expressiva fatia do PDS, vem impondo aos "comunistas", José Lourenço afirmou que "o que eles desejam é rasgar a Constituição em vigor, no que serão impedidos pela Frente Liberal".

— Existe uma grande diferença entre o PFL e seus aliados e os comunistas. Eles são bons apenas de garganta. Já nós, além de sabermos falar alto e grosso, temos votos para impedir qualquer tipo de golpe — prosseguiu Lourenço.

Na ótica do líder, "o PFL e os moderados do PMDB, do PTB e os outros partidos adeptos da plena

legalidade constitucional deseja, tão-somente, o estrito cumprimento da lei em vigor, a mesma que permitiu aos comunistas, xixtas elegerem-se congressistas constituintes".

Convicto de que o contingente peemedebista favorável ao funcionamento parcial do Congresso não terá condições de impor a sua vontade, o líder do Partido da Frente Liberal, preveniu, também, que independente dos desejos do presidente da Câmara, doutor Ulysses Guimarães, "o PFL e seus aliados darão quorum suficiente para que a Casa comece a funcionar a partir da segunda-feira".

## Soberania acusa: boicote

Se o Senado e a Câmara funcionarem normalmente, "a Constituinte pode se transformar em uma simples comissão mista e a próxima Constituição estará condenada a ser uma Carta de 67 reformada", segundo avaliação do deputado Antonio Brito (PMDB-RS), um dos integrantes do grupo pró-Soberania.

Em reunião realizada no último domingo, para tratar sobre a negociação com o PFL, visando à urgência de se aprovar o Regimento Interno, o grupo pró-Soberania do PMDB e outros membros do Partido, entre eles o presidente Ulysses Guimarães e o líder na Câmara, Luiz Henrique, encontraram uma fórmula para garantir a votação nos próximos dias. A solução — incluir a expressão "salvaguardar" no texto apresentado pelo relator Fernando Henrique Cardoso, no que trata dos projetos de decisão — foi negociada e aceita pelo PFL. Resta agora expor esta fórmula aos partidos da esquerda e assegurar a votação do Regimento.

O Grupo pró-Soberania acha, no entanto, que o

PFL não quer acordo. "Não quer a Constituinte trabalhando", como lembrou Antonio Brito, "já que propõe o funcionamento normal da Câmara e do Senado. Para o PMDB isto é

### O mandato sob risco

A aprovação do artigo 82 do regimento interno da Constituinte — que prevê a convocação extraordinária da Câmara dos Deputados, Senado Federal e do Congresso Nacional somente para "exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional" — poderá abrir um precedente para que a Constituinte interfira no tempo do mandato do presidente José Sarney. A interpretação é do senador Jartas Passarinho (PDS-PA), para que, ao se permitir que a Constituinte altere uma norma como o funcionamento normal do Poder Legislativo, estará aberto um canal para que os constituintes possam definir — quando acharem conveniente — o mandato do presidente Sarney, que também é estabelecido pela atual Constituição.

inaceitável", ressalta o deputado gaúcho. Na avaliação do PMDB, após a reunião realizada domingo, o Partido da Frente Liberal não terá o mesmo respaldo que teve na semana passada, quando impediu a votação do Regimento Interno e carregou, junto com seus membros, vários parlamentares de outros partidos.

"Quem não quer a Constituinte que renuncie a ela", ressaltou ainda Antônio Brito, lembrando que o PFL já havia concordado com o "recesso branco" da Câmara e do Senado. "Ao longo das negociações", continuou, "ficou claro que o Congresso Nacional não poderia funcionar normalmente para não dificultar o andamento dos trabalhos da Assembleia, a Câmara e o Senado só devem realizar sessões excepcionais, para tratar de matérias de urgência e de relevância nacional. Agora, o Partido da Frente Liberal quer o funcionamento das duas casas, paralelamente às atividades da Constituinte". Ele qualificou de intransigente a posição do PFL.

## Um Carnaval cheio de negociações

Buscar um acordo entre o PMDB e o PFL, partidos que compõem a Aliança Democrática, em torno da questão que envolve o funcionamento do Senado e da Câmara dos Deputados, paralelamente aos trabalhos do Congresso Constituinte, foi a principal preocupação do presidente José Sarney durante esses quatro dias de feriado de Carnaval. Hoje à tarde, o presidente volta a despachar no Planalto.

Segundo o Secretário de Imprensa da Presidência da República, Antonio Frota Neto, Sarney que preferiu o refúgio de seu sítio São José do Pericumã, próximo a Luziânia, manjeve uma série de encontros com as cúpulas de ambos os partidos. No sábado, o presidente almoçou com o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, do PMDB e da Constituinte, com quem tratou exclusivamente sobre o surgimento de grupos dissidentes dentro do partido — Pro-Soberania — que não querem o funcionamento regular das duas casas do Congresso. E jantou com os líderes do PFL e o ministro Marco Maciel.

No domingo e na segunda-feira de Carnaval, Sarney novamente chamou ao Pericumã o Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, e os líderes do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli, e na Câmara, deputado José Lourenço, para tratar da posição do partido frente às teses progressistas levantadas na Constituinte pelo PMDB. Além desses políticos, o presidente José Sarney manteve uma reunião de trabalho com o deputado Prisco Viana, (PMDB-BA), amigo pessoal da família Sarney, e com o novo líder do Governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna.

Ao final desses encontros, o presidente José Sarney contou aos seus assessores mais próximos que sua expectativa é de que, no mais tardar até o dia 11, os parlamentares terão votado o regimento de funcionamento do Congresso Constituinte. As mesmas fontes informaram que o Palácio do Planalto tem interesse especial de que os trabalhos da elaboração da Nova Carta comecem imediatamente, não deixando espaço para que os partidos da oposição, especialmente o PDS, movimentem o Congresso Nacional com uma ofensiva contra o Governo do presidente Sarney. Os políticos do PDS já estão ultimando os preparativos para o início de uma série de debates sobre a ação da "Nova República" e os dois primeiros temas a serem enfocados pela ofensiva pedessista são a atual situação da Previdência Social e a viagem que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, realiza no momento aos Estados Unidos e Europa para explicar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos juros da dívida externa.

**SUBSÍDIOS**  
Tão logo retorne suas atividades normais no Palácio do Planalto, a partir de amanhã (4), o presidente José Sarney vai se debruçar sobre um projeto de autoria do Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, que propõe o corte escalonado dos subsídios do trigo, do açúcar e do álcool.

Com receio de que a votação do regimento interno do Senado crie um fato consumado — o seu funcionamento — o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, está contando, desde sábado passado, todos os 45 senadores peemedebistas na tentativa de fazê-los mudar de idéia sobre o funcionamento sistemático do Congresso Nacional. Ulysses pretende que tanto Câmara quanto Senado só funcionem em caráter extraordinário, de maneira a dar prioridade à Constituinte.

O deputado Ulysses Guimarães (SP) está irritado com o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), que convocou reunião do Senado para a próxima segunda-feira. A posição de Lucena é a mesma defendida na mensagem com que o presidente José Sarney propôs a convocação da Constituinte.

Para o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), a irritação de Ulysses não tem sentido. "A não ser que ele pretenda também ser o presidente do Senado". O PFL quer o funcionamento das duas Casas, Câmara e Senado, como recomenda o ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, para evitar a radicalização da Constituinte.

### PREDOMINANCIA

A decisão de Lucena de convocar o Senado surpreendeu Ulysses Guimarães, que a considerou contrária aos interesses do

PMDB, partido ao qual os dois pertencem. Ulysses tem procurado, com insistência, fazer com que Senado e Câmara entrem em recesso branco, ficando a Constituinte quase como exclusiva. A sua primeira proposta neste sentido foi a criação de uma grande comissão, que substituiria Câmara e Senado.

O Governo, porém, entende que sem as duas Casas em atividade ficaria ameaçada a tese de vigência da atual Constituição, contestada pelos radicais do PMDB. Na mensagem ao Congresso propõe a convocação da Constituinte, o Presidente da República revelou esta preocupação ao afirmar:

"Evitando tutelar o órgão de tão alta atribuição, a proposta de emenda limita-se a prover quanto à direção das sessões de instalação e eleição do presidente da Assembleia Nacional Constituinte e a indicar que ela funcione na sede do Congresso Nacional, como corpo único, sem a divisão própria do sistema bicameral. Este, contudo, subsistirá nos trabalhos da Legislação, enquanto Poder constituído e segundo as normas constitucionais em vigor".

Essa preocupação, manter o sistema bicameral, influiu muito na decisão dos senadores, que se reuniram com o presidente Humberto Lucena para discutir a questão. A resolução definindo a matéria, que será aprovada na sessão de segunda-feira vindoura, tem a seguinte redação:

Art. 1 — O Regimento interno do Senado Federal vigorará, durante o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, convocada pela Emenda Constitucional nº 26 com as alterações estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2 — As sessões do Senado realizar-se-ão em horário que não coincida com as sessões plenárias da Assembleia Nacional Constituinte.

Art. 3 — Os pareceres das comissões permanentes e especiais serão emitidos, oralmente, em plenário.

§ único — Se a complexidade da matéria dificultar suas instruções em plenário, a Mesa poderá conceder, para tanto, às comissões competentes, prazo não superior a 24h.

Art. 4 — O segundo turno e o turno suplementar serão realizados imediatamente após a aprovação do projeto em primeiro turno e do substitutivo, em segundo turno ou turno único, respectivamente.

Art. 5 — A redação final e redação do vencido, que não dependem de publicação, serão submetidas à discussão imediatamente após a apresentação do respectivo parecer, considerando-se aprovadas independentemente de votação.

Art. 6 — Ficam sobrestadas todas as proposições de iniciativa parlamentar, até a promulgação da Nova Constituição.

Art. 7 — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## Senado não aceita recesso

Brasília — "Entre Ulysses e a Constituição, fico com a Constituição. Enquanto eu estiver aqui o Senado só não funcionará se o Exército for lá e impedir". A afirmação é do senador Fábio Lucena (PMDB-AM), que repudiou a proposta defendida pela maioria dos constituintes de colocar a Câmara e Senado em recesso branco, de acordo com o que está previsto no artigo 82 do regimento interno, em discussão pela Assembleia Constituinte.

Lucena acusou um grupo que ganhou de "radical e inexpressivo" do PMDB de querer "extinguir" Câmara e Senado durante os trabalhos da Constituinte. Muito irritado, afirmou que se "alguém quiser impedir o funcionamento, das duas Casas, recorreré ao Exército como previsto na atual Constituição, que pelo que sei, está em vigor". O senador amazonense afirmou que não observará a atual Constituição, "como querem alguns constituintes, seria a mesma coisa que um filho renegar a mãe, logo ao nascer".

### SENADO

O presidente do Senado, Humberto Lucena, infor-



Fábio Lucena: indignado

mou hoje que na próxima segunda-feira, dia 9, o Senado Federal deverá se reunir em sessão. As 18h30min para dar início à reformulação do regimento interno visando compatibilizar os trabalhos da Casa com os da Constituinte.

A idéia central é que as sessões sejam realizadas por convocação do presidente da Casa, para a vota-

ção de matérias "de relevante interesse nacional e de caráter urgente". "As sessões" — disse — "serão realizadas sempre em horários que não coincidam com as da Constituinte".

O senador Humberto Lucena afirmou que já existem matérias de grande relevância para serem votadas no Senado, como: mensagens do presidente José Sarney indicando diversos novos embaixadores; empréstimos para Estados e Municípios, para o rolamento de dívidas, além de outras matérias.

### VAZIO

Hoje, amanhã e sexta-feira a Constituinte e o Congresso Nacional estão de recesso de carnaval e não tem sessões programadas. O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, viajou para São Paulo, onde também se encontra o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, está em Santa Catarina, e o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, em Porto Alegre. Em Brasília, apenas o líder do PFL na Câmara, José Lourenço.